

Banco Andbank (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial Referentes ao Semestre e
Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório da Administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanços patrimoniais	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração dos resultados abrangentes	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

Desempenho nos Negócios

- O Banco apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 19.159 (prejuízo de R\$ 11.058 em 2020). Apesar do resultado adverso, o Banco vem expandindo consideravelmente sua carteira sob gestão através da prospecção de novos agentes autônomos e de novas parcerias. Desta forma, o Banco vem se consolidando no segmento Private no Brasil gerando facilidades para concentrar investimentos e gerenciamento de fluxo de caixa de pessoas físicas e jurídicas. Assim, a atuação do Andbank Brasil tem características de inovação, flexibilidade e complementariedade para clientes de alta renda e patrimônio elevado.

- **Agência de Rating**

É com muito orgulho que compartilhamos a primeira avaliação nacional realizada pela **Fitch Ratings** concedeu em 21 de setembro de 2021 a nota **AAA(bra)** com perspectiva estável para o Andbank Brasil, a mais alta na escala de avaliação da agência.

O aumento rápido do número de clientes e do volume dos nossos negócios no Brasil por meio dos investimentos realizados ao longo dos últimos anos, a alta capacidade de suporte do grupo Andbank e os novos aportes que são esperados para que o Andbank Brasil possa desenvolver sua operação localmente, são alguns dos diferenciais relatados pela Fitch.

O fato de sermos uma filial de um grupo que possui presença em diversos mercados e que conta com um modelo de negócio especializado na gestão de patrimônio, principalmente em private banking, resulta em uma capacidade única de boas oportunidades de originação de negócios, direcionadas especialmente para nossos clientes.

Esta conquista destaca, entre muitos outros pontos, a importância estratégica do Brasil para a expansão internacional do grupo Andbank, que considera o país um dos mercados com maior potencial de crescimento a longo prazo.

Entendemos que a nota máxima emitida pela agência confirma a solidez do nosso banco, o comprometimento da matriz com a operação brasileira e o excelente trabalho que toda uma equipe vem realizando.

BACEN – Circular nº 3.068/01

Declaramos ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 67.812, em 31 de dezembro de 2021.

Estrutura de gerenciamento de riscos

• Índice da Basileia

Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nível I), demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado nos encerramentos trimestrais de 2020 e de 2021:

	<u>Patrimônio de Referência</u>	<u>PR Exigido (RWA)</u>	<u>Índice Basileia</u>
<u>2020</u>			
Março	89.457	21.425	33,40%
Junho	82.522	22.385	29,50%
Setembro	65.319	18.788	27,80%
Dezembro (<i>antes do aumento capital</i>)	(a) 4.058	18.049	1,00%
Dezembro (<i>após aumento capital</i>)	(a) 37.560	18.691	16,10%
<u>2021</u>			
Março	33.863	28.035	9,66%
Junho	101.794	38.699	21,04%
Setembro	97.470	30.205	25,81%
Dezembro	92.690	16.877	43,93%

- (a) Em 03 de julho de 2019, o Banco assinou um acordo operacional com a Capital Serviços de Agente Autônomos Ltda. (“Capital”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de agosto de 2019, este acordo proporcionou um crescimento expressivo nos ativos sobre distribuição do Banco, incrementando as receitas com intermediação e de serviços. Em dezembro de 2020, foi realizada a apuração do valor total desta combinação de negócios através do estudo de alocação de preços (“Purchase Price Allocation”) que precificou a operação em R\$ 56.296. Este montante, foi registrado como ativo intangível no balanço patrimonial da entidade, reduzindo seu patrimônio de referência para R\$ 4.058 e, por consequência, o índice de Basileia reduziu para 1,00%. Entretanto, em 18 de dezembro de 2020, foi deliberado o aumento de capital do Banco no valor de R\$ 30.155, o qual foi aprovado pelo Banco Central em 20 de janeiro de 2021. Com esse aumento o patrimônio de referência e índice de Basileia, passa para os valores de R\$ 37.560 e 16,07%, respectivamente. Ressaltamos que o Banco Andbank Brasil conta com o compromisso e a capacidade de seu controlador em realizar aportes quando necessário.

• Prevenção à “Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo”

O Banco conta com instrumentos de controle e acompanhamento das operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a “lavagem” de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à “lavagem” de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais. A política “conheça seu cliente”, o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas, os casos são submetidos para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. A área de Compliance é responsável, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração.

Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria no dia 30 de setembro de 2007. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e a melhoria dos produtos, serviços e do atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15 e posteriores alterações.

COVID-19

A Administração tem monitorado constantemente os impactos ocasionados referente aos acontecimentos oriundos do COVID-19 e respectiva volatilidade apresentada no mercado financeiro.

Apesar do impacto imediato apresentado no início da pandemia, mais especificamente entre os meses de março e maio de 2020, ocasionado principalmente pela desvalorização do real e pela redução dos ativos sobre administração, o 2º semestre de 2020 e o exercício de 2021 foram de recuperação e retomada dos ingressos de ativos.

Desta forma, a Administração julga que com a situação atual da pandemia e à luz das informações disponíveis até este momento, não há indicativos que teremos impactos relevantes que possam trazer efeitos representativos às projeções de caixa e tomada de decisão.

O Andbank tomou todas as providências e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia, adaptando sua forma de relacionamento com os clientes e parceiros, priorizando o atendimento remoto e a formalização dos contratos de forma digitalizada, direcionando e acelerando seus esforços estratégicos em avanços tecnológicos, culturais e comportamentais.

Referente aos colaboradores do Andbank, o Banco realizou testes de Covid sempre que necessário e reforçou seu compromisso com a transformação, mantendo sua estrutura no modelo de home office nos períodos mais críticos da pandemia e adotando o modelo híbrido nos meses subsequentes.

São Paulo, 28 de março de 2022.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Acionistas e Administradores do
Banco Andbank (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco") e de suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional - CMN e pelas regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Andbank (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras previstas na Resolução CMN nº 4.280/13 e nas regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende : quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/13 e as regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras

O Banco elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras para fins gerais referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório do auditor independente sem modificação em 30 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/13 e as regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/13 e das regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

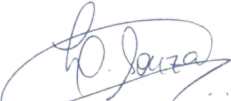
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 - Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Conglomerado para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Conglomerado e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Luana Melo de Souza
Contadora
CRC nº 1 SP 292386/O-2

Banco Andbank (Brasil) S.A.
(Instituição líder do conglomerado)
Balanco patrimonial do conglomerado prudencial 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

ANDBANK /
Private Bankers

Ativo	Nota explicativa	Dezembro 2021	Dezembro 2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Circulante		83.428	179.946	Circulante		121.627	158.904
Disponibilidades	3	332	342	Depósitos	12	86.571	119.967
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3	13.698	49.303	Depósitos à vista		21.677	50.654
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		22.286	71.149	Depósitos a prazo		64.894	69.313
Carteira própria	4 a.	19.162	35.470	Outras obrigações		35.056	38.937
Vinculados a prestação de garantias	4 a.	3.124	32.346	Negociação e intermediação de valores	13 c.	5.401	12.795
Instrumento financeiro derivativo	4 c.	-	3.333	Obrigações fiscais correntes	13 a.	2.305	1.703
Relações interfinanceiras	5	1.031	889	Diversas	13 b.	27.350	24.439
Créditos vinculados		1.031	889	Não circulante		39.763	66.525
Operações de crédito		29.922	29.927	Depósitos	12	2.877	21.169
Setor privado	6	30.074	29.929	Depósitos a prazo		2.877	21.169
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(152)	(2)	Outras obrigações		36.886	45.356
Outros créditos		13.328	23.531	Diversas	13 b.	31.185	43.019
Rendas a receber	8 a.	3.118	4.102	Provisões	14	5.701	2.337
Ativo fiscal corrente		1.232	-	Patrimônio líquido	16	243.341	198.703
Diversos	8 b.	8.978	19.429	Capital		317.106	251.871
Outros valores e bens	10	2.831	4.805	De domiciliados no exterior	16 a.	317.106	251.871
Outros valores e bens		306	2.795	Reserva de capital	16 b.	2.569	2.743
Despesas antecipadas		2.553	2.010	Outros resultados abrangentes	16 d.	(1.543)	(105)
(Provisão para outros valores e bens)		(28)	-	Prejuízos acumulados		(74.791)	(55.806)
Não circulante		187.988	108.524				
Títulos e valores mobiliários		131.505	35.723				
Carteira própria	4 a.	100.852	13.983				
Vinculados a prestação de garantias	4 a.	30.653	21.740				
Operações de crédito		11.221	24.932				
Setor privado	6	11.274	25.075				
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(53)	(143)				
Outros créditos		37.645	43.478				
Rendas a receber	8 a.	2.357	-				
Ativo fiscal corrente		71	8.371				
Ativo fiscal diferido	9	33.441	33.413				
Diversos	8 b.	1.776	1.694				
Outros valores e bens	10	7.617	4.391				
Outros valores e bens		-	306				
Despesas antecipadas		7.617	4.113				
(Provisão para outros valores e bens)		-	(28)				
Permanente		133.315	135.662				
Imobilizado de uso	11 a.	4.362	3.920				
Outras imobilizações de uso		10.037	8.717				
(Depreciações acumuladas)		(5.675)	(4.797)				
Intangível	11 b.	128.953	131.742				
Ativos intangíveis		79.219	65.276				
Ágio na combinação de negócios		80.327	80.327				
Ágio na aquisição de investimentos		673	673				
(Amortizações acumuladas)		(31.266)	(14.534)				
Total do ativo		404.731	424.132	Total do passivo e do patrimônio líquido		404.731	424.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A*(Instituição líder do conglomerado)***Demonstração do resultado do conglomerado prudencial**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	2º semestre 2021	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		27.776	46.643	40.926
Operações de crédito		1.865	4.463	2.775
Resultado com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e.	25.116	41.467	36.017
Resultado de Operações de Câmbio		795	713	2.134
Despesas da intermediação financeira		(2.864)	(4.740)	(894)
Operações de captação no mercado		(2.896)	(4.680)	(914)
Constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	32	(60)	20
Resultado bruto da intermediação financeira		24.912	41.903	40.032
Outras receitas/despesas operacionais		(35.640)	(63.210)	(54.614)
Receitas de prestação de serviços	17	17.863	37.541	46.266
Despesas de pessoal	18	(17.550)	(33.301)	(29.875)
Outras despesas administrativas	19	(20.646)	(46.448)	(60.849)
Despesas tributárias		(2.889)	(5.492)	(6.226)
Outras receitas operacionais	20	3.444	11.395	26.768
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	21	(3.432)	(3.812)	(1.060)
Outras despesas operacionais	21	(12.430)	(23.093)	(29.638)
Resultado operacional		(10.728)	(21.307)	(14.582)
Resultado não operacional	26	(6)	3.297	(5)
Resultado antes da tributação sobre o resultado		(10.734)	(18.010)	(14.587)
Imposto de renda e contribuição social		(283)	(1.149)	3.793
Imposto diferido	22	(283)	(1.149)	3.799
Imposto de renda	22	-	-	(3)
Contribuição social	22	-	-	(3)
Prejuízo do semestre e exercício		(11.017)	(19.159)	(10.794)
Quantidade de ações ordinárias		590.939.513	590.939.513	375.313.370
Prejuízo por ação - R\$		(0,01864)	(0,03242)	(0,02876)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Andbank (Brasil) S.A*(Instituição líder do conglomerado)***Demonstração dos resultados abrangentes do conglomerado prudencial**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre 2021	2021	2020
Prejuízo líquido do semestre e exercício	(11.017)	(19.159)	(10.794)
Ajuste a valor de mercados dos ativos financeiros disponíveis para venda líquido dos efeitos fiscais	(1.287)	(1.438)	(141)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	87	174	174
Resultado abrangente total	(12.217)	(20.423)	(10.761)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido prudencial

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020		221.716	2.917	36	(44.923)	179.746
Aumento do capital social (aprovado pelo Banco Central em 20/01/2021)		30.155	-	-	-	30.155
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(141)	-	(141)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados		-	(174)	-	174	-
Resultado do exercício		-	-	-	(11.058)	(11.058)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		251.871	2.743	(105)	(55.806)	198.703
Saldo em 1º de janeiro de 2021		251.871	2.743	(105)	(55.806)	198.703
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(1.438)	-	(1.438)
Aumento do capital social (aprovado pelo Banco Central em 17/05/2021)	16.a	65.235	-	-	-	65.235
Reserva de reavaliação de ativos incorporados		-	(174)	-	174	-
Resultado do exercício		-	-	-	(19.159)	(19.159)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		317.106	2.569	(1.543)	(74.791)	243.341
Saldo em 1º de julho de 2021		317.106	2.656	(256)	(63.861)	255.645
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(1.287)	-	(1.287)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados		-	(87)	-	87	-
Resultado do semestre		-	-	-	(11.017)	(11.017)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		317.106	2.569	(1.543)	(74.791)	243.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa do conglomerado prudencial - método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º Semestre 2021	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do semestre e exercício		(11.017)	(19.159)	(10.794)
Depreciação e amortização	21	5.194	9.155	5.618
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	(32)	60	(20)
Provisão para riscos	14	3.003	3.374	1.060
Amortização do ágio	21	4.421	8.899	5.409
Atualização de depósito judicial	20	(53)	(86)	(346)
Perda na alienação de imobilizado		8	13	-
Impostos diferidos	22	283	1.149	(3.799)
Lucro ajustado		1.807	3.405	(2.872)
Variação de ativos e passivos		(11.919)	(88.534)	69.026
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		50.555	(48.357)	(19.611)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras		32	(142)	(517)
(Aumento) Redução em operações de crédito		18.182	13.656	(47.027)
Redução em outros créditos e outros valores e bens		12.175	13.722	4.951
Aumento (Redução) em depósitos		(83.490)	(51.688)	111.293
Aumento (Redução) em outras obrigações		(9.373)	(15.725)	20.231
(Redução) em resultado de exercícios futuros		-	-	(294)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais		(10.112)	(85.129)	66.154
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de intangível		(11.950)	(13.944)	(63.283)
Aquisição de imobilizado		(1.641)	(1.777)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(13.591)	(15.721)	(63.283)
Fluxos de caixa das atividades de Financiamento				
Aumento de Capital Social	16	-	65.235	30.155
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		-	65.235	30.155
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		(23.703)	(35.615)	33.026
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/ exercício	3	37.733	49.645	16.619
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/ exercício	3	14.030	14.030	49.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da ação)

1 Contexto operacional

Em 08 de janeiro de 2015 foi realizada, após aprovação do Banco Central, a aquisição do controle acionário do Banco Bracce S.A. por Andorra Banc Agrícola Reig S.A. “Andbank”, mudando assim sua denominação de Banco Bracce S.A. para Banco Andbank (Brasil) S.A. O Andbank adquiriu 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A. “Banco” com o objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro.

O grupo Andbank possui presença global, vasta experiência em mercados emergentes e investe constantemente em inovação tecnológica para disponibilizar aos seus clientes as melhores e mais rápidas soluções, com isso o Banco Andbank entende que existe uma oportunidade no mercado de Private Bank a ser explorada e pretende investir nesse segmento no curto e longo prazo. O Banco está atuando na distribuição de fundos de investimento por conta e ordem, realização de operações estruturadas e de mercado de capitais, operações de carteira proprietária e prestação de serviços de registro de operações, custódia, entre outros.

O Banco continua em processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são BackOffice e Front Office, com a criação de um novo portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, conseqüentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário ativado conforme nota explicativa nº 9. Não obstante, existe o compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes para suportar os referidos investimentos e a continuidade operacional do Banco.

Adicionalmente, o Grupo Andbank Brasil tem aumentado significativamente os recursos sob distribuição com o modelo de acordos operacionais. Em 23 de março de 2018, foi assinado o acordo operacional com o Grupo Triar Agentes Autônomos (“Triar”) e em 03 de julho de 2019, foi assinado acordo semelhante com o Grupo Capital Serviços de Agente Autônomo de Investimento Ltda (“Capital”).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional no curso normal dos negócios do Banco, que está suportado por um plano de negócios focado na consolidação da entidade no segmento Private no Brasil, incluindo a realização de acordos operacionais. Nesse contexto, considerando o compromisso do Controlador com o plano de negócio, e em suportar o Grupo no Brasil com eventuais aportes de capital, além dos resultados apresentados, não há fatores relevantes que tragam incerteza quanto à continuidade do Banco.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial (“Conglomerado” ou “Banco”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) já aprovados pelo CMN, quando conflitantes às normas, prevalecerá as do BACEN.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado, de propósito especial, foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional - CMN e pelas regulamentações complementares do Banco Central do Brasil – BACEN.

Conforme Resolução CMN n.º 4.818/2020 e seus normativos complementares, a partir de 01/01/2020 foram alterados os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras até então vigentes.

Conforme disposto no artigo 34, da Resolução BCB nº 2/2020, apresentamos os efeitos líquidos de impostos dos eventos não recorrentes do Banco (nota 26).

As demonstrações financeiras incluem as demonstrações do Banco Andbank e de sua controlada direta Andbank DTVM (99,98% de participação do Banco).

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que representa a moeda funcional do Banco e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2022.

2.2 Principais práticas contábeis

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e/ou aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data base das demonstrações financeiras.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado;
- **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento.

A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19.

2.2.4 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “resultado com instrumentos derivativos”. As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 4c. destas demonstrações financeiras.

2.2.5 Operações de crédito

As operações de crédito são registradas ao custo corrigido, calculadas “pro rata” com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso. A partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682/99.

2.2.6 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A receita com registro de operações e operações cedidas sem coobrigação são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas.

2.2.7 Imobilizado de uso

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança - 20% ao ano.

2.2.8 **Ativos intangíveis**

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade, bem como também é composto por registro de valores pagos na aquisição de direitos contratuais ou outros direitos legais de proteção, ou de outro tipo de controle, referentes ao relacionamento com os clientes. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

2.2.9 **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)**

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “impairment” são reconhecidas no resultado do exercício. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “impairment”.

Em 31 de dezembro de 2020, a perda por “impairment” reconhecida pelo Banco foi de R\$ 925, referente a antiga plataforma Andbank (front-end), substituída em junho de 2020 e de R\$ 10.502, referente a projetos de tecnologia.

Em 31 de dezembro de 2021 não houve reconhecimento de perda por “impairment”.

2.2.10 **Impostos**

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15%), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Em 13 de novembro de 2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103, que majorou novamente a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 20%, a partir de março de 2020, aplicável apenas para Bancos. Em 01 de março de 2021 foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 (convertida em Lei nº 14.183 em 14 de julho de 2021) que alterou a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL de 20% para 25%, a ser aplicada no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021 apenas para Bancos, retornando para a alíquota de 20% a partir de janeiro de 2022.

Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, foram constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal (devido a mudança de controle acionário, cujo histórico de prejuízos seja decorrente de sua fase anterior) e base negativa, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, conforme mencionado pelo inciso II do artigo 4º da Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a instituição financeira somente pode efetuar o registro contábil de créditos tributários caso haja expectativa de geração de lucro ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

2.2.11 **Estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. O Banco revisa periodicamente suas estimativas e premissas para os seguintes itens:

Item	Nota
Valor justo dos instrumentos financeiros	4
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7
Redução ao valor recuperável (impairment) do ágio	11
Provisões, contingências e obrigações legais	14
Imposto de renda e contribuição social diferido	22

2.2.12 **Despesas antecipadas**

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do exercício é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

2.2.13 **Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação;
- **Provisões** – referem-se a valores reconhecidos quando há expectativa da obrigação presente e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação a ser liquidada; e

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

2.2.14 **Outros Ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Banco, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

2.2.15 **Combinações de negócios**

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Banco utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Banco leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

O ágio correspondente ao valor pago excedente ao valor contábil do investimento adquirido, decorrente da expectativa de rentabilidade futura, será amortizado linearmente com base em estudo técnico de alocação do preço pago (PPA – “Purchase Price Allocation”) e submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

2.2.16 **Investimentos**

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.2.17 **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas das demonstrações financeiras.

2.2.18 **Participações no resultado**

As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva e através de programa próprio de plano de participação homologado no Sindicato dos Bancários de São Paulo, e estão registradas na conta de despesas de pessoal, na demonstração de resultado.

2.2.19 **Lucro (prejuízo) líquido por ação**

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

2.2.20 **Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

2.2.21 **Alterações de normas contábeis**

Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- **CPC 00 (R2)** - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- **CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- **CPC 03 (R2)** - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- **CPC 04 (R1)** - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- **CPC 05 (R1)** - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- **CPC 23** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- **CPC 24** - Eventos subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- **CPC 27** - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- **CPC 33 (R1)** - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução 4.424/15.
- **CPC 41** - Resultado por ação – homologado pela Circular 3.959/19 e revogado pela Resolução CMN nº 4.818/20. O Banco adotou a prerrogativa prevista no artigo 7º. da referida circular, a qual confere a adesão opcional para instituições financeiras do segmento 4 (S4). Desta forma, o Banco não adotou este pronunciamento.
- **CPC 46** - Mensuração do valor justo – Tema consolidado pela Resolução 4.924/21.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do Banco.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Norma	Vigência
Resolução CMN nº 4.817/20 – Dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos por instituições financeiras. (i)	01/01/2022
CPC 47 – Receitas de contratos de clientes – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21. (i)	01/01/2022
CPC 06 (R2) – Arrendamentos – homologado pela Resolução CMN nº 4.975/21 (ii)	01/01/2025
Resolução CMN nº 4.966 – Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge. (iii)	01/01/2025

- (i) Inicialmente não há expectativa de impactos relevantes para o Banco.
(ii) Os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor.
(iii) O Banco Central ainda emitirá normas complementares. Os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Disponibilidades	141	110
Disponibilidades em moeda estrangeira	191	232
Total disponibilidades	332	342
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	13.698	49.303
Total de caixa e equivalentes de caixa	14.030	49.645

- (a) São operações compromissadas que possuem vencimento em D+1.

4 Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros estavam assim compostos:

a. Diversificação por categoria e tipo dos títulos e valores mobiliários:

	2021			2020		
	Custo atualizado	Valor contábil/Mercado	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/Mercado	Valor Ajuste a mercado
<u>Títulos para negociação</u>						
<u>Carteira própria:</u>						
Letras financeiras	-	-	-	5.722	5.832	110
Letra de crédito do agronegócio	-	-	-	117	119	2
Certificado de depósitos bancários	-	-	-	133	133	-
	-	-	-	5.972	6.084	112
<u>Vinculados à prestação de garantias (i):</u>						
Cotas de fundos de investimentos (ii)	3.124	3.124	3.124	2.997	2.997	-
	3.124	3.124	3.124	2.997	2.997	-
Subtotal	3.124	3.124	3.124	8.969	9.081	112

	2021			2020		
	Custo atualizado	Valor contábil/Mercado	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/Mercado	Valor Ajuste a mercado
Títulos para negociação						
<u>Títulos Disponíveis para venda</u>						
<u>Carteira própria:</u>						
Letras do tesouro nacional	66.152	63.503	(2.649)	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	19.172	19.172	-	39.705	40.095	390
Debêntures	325	168	157	167	167	-
Certificados de depósitos bancários	12	12	-	12	12	-
Certificados de recebíveis agrícolas	-	-	-	95	98	3
	85.661	82.855	(2.806)	39.979	40.372	393
<u>Vinculados ao Banco Central (iii):</u>						
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	30.200	30.195	(5)
	-	-	-	30.200	30.195	(5)
<u>Vinculados à prestação de garantias (i):</u>						
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	24.239	23.891	(348)
	-	-	-	54.439	54.086	(353)
Subtotal	85.661	82.855	(2.806)	94.418	94.458	40
Títulos mantidos até o vencimento						
<u>Carteira própria:</u>						
Letras do tesouro nacional	37.159	37.159	-	-	-	-
	37.159	37.159	-	-	-	-
<u>Vinculados à prestação de garantias (i):</u>						
Letras do tesouro nacional	30.653	30.653	-	-	-	-
	30.653	30.653	-	-	-	-
Subtotal	67.812	67.812	-	-	-	-
Total	156.597	153.791	(2.806)	103.387	103.539	152

i) Os títulos vinculados à prestação de garantias são: Títulos Públicos para garantir operações de contratos futuros na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão e as cotas do fundo de investimento caucionados em Instituição Financeira, para garantir contratos próprios de aluguel.

ii) As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil das datas de balanço.

iii) Representam títulos vinculados ao aumento de capital.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não houve reclassificações entre categorias dos títulos e valores mobiliários.

Títulos para negociação e títulos disponíveis para venda foram classificados de acordo com os seguintes níveis em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

- Nível 1: títulos e valores mobiliários com preços líquidos disponíveis em um mercado ativo.
- Nível 2: títulos e valores mobiliários que não tem informações de preço disponíveis e são precificados por modelos convencionais ou internos, considerando inputs observáveis.

- Nível 3: títulos e valores mobiliários para os quais os insumos para precificação são gerados por modelos estatísticos e matemáticos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2021			2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<u>Títulos para negociação</u>	3.124	-	3.124	9.081	-	9.081
Cotas de fundos de investimentos	3.124	-	3.124	2.997	-	2.997
Letras financeiras	-	-	-	5.832	-	5.832
Letra de crédito do agronegócio	-	-	-	119	-	119
Certificado de depósitos bancários	-	-	-	133	-	133
<u>Títulos disponíveis para venda</u>	82.687	168	82.855	94.291	167	94.458
Letras do tesouro nacional	63.503	-	63.503	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	19.172	-	19.172	94.181	-	94.181
Debêntures	-	168	168	-	167	167
Certificados de depósitos bancários	12	-	12	12	-	12
Certificados de recebíveis agrícolas	-	-	-	98	-	98

b. Diversificação por prazo dos títulos e valores mobiliários:

	Dezembro 2021 (i)	Dezembro 2020 (i)
Sem vencimento (ii)	3.124	2.997
A vencer até 360 dias	19.162	58.987
A vencer acima de 360 dias	131.505	41.555
Total	153.791	103.539

- i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.
ii) Cotas de fundos são classificados como sem vencimento, independentemente da sua classificação contábil.

c. Instrumentos financeiros derivativos – Negociação

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A instituição utiliza derivativos com uma perspectiva de baixo risco. Os derivativos são utilizados dentro de um conceito de cobertura local de risco de mercado dos investimentos do grupo no Brasil, não configurando posições especulativas e principalmente seguindo a estratégia global do Grupo Andbank estabelecidas pelo Comitê de Ativos e Passivos e pelo seu economista-chefe.

Os riscos de mercado e crédito associados a esses produtos, bem como riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independente da metodologia de apuração adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a composição dos instrumentos financeiros derivativos, estava assim apresentada:

	Contraparte	Dezembro 2021			Dezembro 2020	
		Valor Referencial	Valor Patrimonial	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Valor justo (i)
Termo de moedas (NDF)						
Dólar (PTAX) x REAL	Inst. Financeira	-	-	-	-	3.333
Contratos de futuro						
Dólar (PTAX)	Bolsa	Posição Comprada	Valor Referencial		Ajuste de posição	Ajuste de posição
			-		-	(350)

(i) Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados como Nível 2.

Os contratos de Futuros são registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão e os contratos de NDF são registrados na CETIP.

A operação de NDF e seu hedge (Futuro de Dólar) possuem riscos associados ao descasamento de fluxos, enquanto a operação de futuro possui ajuste diário, o NDF possui apenas o fluxo no vencimento. Adicionalmente, para os contratos futuros, a câmara de liquidação exige o aporte de garantias para manter as posições abertas.

Assim, a área de riscos do Banco projeta em seu acompanhamento diário, o fluxo de caixa dos próximos 90 dias, com o objetivo de identificar eventuais necessidades de liquidez. Para o cumprimento da garantia são alocados títulos públicos da própria carteira do Banco que apesar de diminuir a liquidez, o impacto é baixo dado o acompanhamento dos riscos e a solvência da unidade Brasil ser elevada.

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro são registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores” (vide nota 13c). O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 30.653 (R\$ 23.891 em 2020). Os valores referenciais estão registrados em contas de compensação.

d. Diversificação por prazo dos instrumentos financeiros derivativos

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Ativo		
NDF		
De 3 meses a 6 meses	-	3.333
Total	-	3.333
Passivo		
Futuros Dólar		
Até 3 meses	-	(350)
Total	-	(350)

e. Resultados reconhecidos com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Resultado de aplicação interfinanceira de liquidez	669	1.334	1.042
Resultado sobre títulos e valores mobiliários	12.319	22.963	21.876
Resultado sobre instrumento financeiro derivativo - NDF (i)	(7.380)	6.096	8.215
Resultado sobre contrato de futuro	19.508	11.074	4.884
Total	25.116	41.467	36.017

(i) O total de ajuste de marcação a mercado, registrado no resultado foi de R\$ 66 (R\$ 622 em 2020).

O valor de ajuste de marcação a mercado negativo, referente aos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.543 (R\$ 105 em 2020) e estão registrados na rubrica ajustes de avaliação patrimonial no Balanço Patrimonial, líquido dos efeitos tributários.

5 Relações interfinanceiras

Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pelo BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural.

6 Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Cédula de crédito bancário (CCB)	40.724	50.712
Adiantamento a depositantes	624	4.292
Subtotal operações de crédito	41.348	55.004
Total	41.348	55.004
Ativo circulante	30.074	29.929
Ativo não circulante	11.274	25.075

b. Diversificação da carteira por vencimento

	Dezembro 2021				Dezembro 2020	
	A vencer		Vencidos		Total	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Vencidos:						
De 1 a 14 dias	-	-	624	100,00	4.257	7,74
De 15 a 30 dias	-	-	-	-	7	0,01
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	28	0,05
A vencer:						
Até 90 dias	12.587	30,91	-	-	3.743	6,81
De 91 a 180 dias	4.140	10,16	-	-	9.058	16,47
De 181 a 360 dias	12.723	31,24	-	-	12.836	23,34
Acima 360 dias	11.274	27,69	-	-	25.075	45,58
Total	40.724	100,00	624	100,00	55.004	100,00

c. Diversificação da carteira por segmento de mercado

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Saldo	%	Saldo	%
<u>Setor privado:</u>				
Serviços	16.347	39,53	3.028	5,51
Pessoas físicas	25.001	60,47	51.976	94,49
Total	41.348	100,00	55.004	100,00

d. Diversificação da carteira por nível de concentração

	Dezembro 2021		Dezembro 2020	
	Saldo	%	Saldo	%
Maior devedor	12.843	31,06	7.297	13,27
Dez maiores seguintes	20.857	50,44	30.630	55,69
Demais devedores	7.648	18,50	17.077	31,05
Total	41.348	100,00	55.004	100,00

e. Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	%	Dezembro 2021				Dezembro 2020	
		Curso normal	Vencidas	Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
AA	-	6.430	-	6.430	-	28.516	-
A	0,5	28.253	624	28.877	(145)	25.550	(128)
B	1,0	6.041	-	6.041	(60)	910	(9)
E	30,0	-	-	-	-	28	(8)
Total		40.724	624	41.348	(205)	55.004	(145)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não foram registradas baixas de crédito para prejuízo, bem como não houve recuperações de valores baixados para prejuízo. Em 2021 foram renegociadas operações de crédito no montante de R\$ 14.156 (R\$ 6.957 em 2020).

7 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito encontra-se apresentada no quadro a seguir:

	2º Semestre 2021	Dezembro 2021	Dezembro 2020
Saldo Inicial	237	145	165
Constituição de provisão líquida de reversões	(32)	60	(20)
Total	205	205	145

8 Outros créditos

a. Rendas a receber

	2021	2020
Comissões e corretagens a receber (a)	2.235	4.102
Contas a receber venda de bem (b)	3.240	-
Total	5.475	4.102
Ativo circulante	3.118	4.102
Ativo não circulante	2.357	-

(a) Referem-se a comissões e corretagens a receber de colocações de títulos e rebate de fundos.

(b) Refere-se a contas a receber pela venda de bem imóvel recebido em garantia o qual estava registrado em Outros Valores e Bens.

b. Diversos

	2021	2020
Devedores por depósito em garantia (nota 14)	1.776	1.694
Partes relacionadas - valores a receber de partes relacionadas (nota 15)	5.769	10.870
Operações a liquidar com bolsa	2.257	8.032
Devedores diversos	698	323
Outros	255	204
Total	10.755	21.123
Ativo circulante	8.979	19.429
Ativo não circulante	1.776	1.694

9 Ativos fiscais diferidos

Em consonância com a resolução 4.842/20, emanada pela CMN, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições:

- I Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência;
- II Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

O Banco está em fase de conclusão do processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são Back Office e Front Office, com a criação de um portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, conseqüentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário, não obstante, ao compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

Abaixo quadro com os créditos tributários ativados pelo Banco, líquidos do passivo fiscal diferido, e as seguintes movimentações:

	Saldo 31/12/2020	Constituição (Reversão)	Realização	Saldo 31/12/2021
Diferenças temporárias líquidas				
Provisão contingência trabalhista	383	-	(35)	348
Provisão devedores duvidosos	78	-	(13)	65
Processos cíveis	344	13	-	357
Processos fiscais	318	2	-	320
Bônus	2.667	768	(2.667)	768
Provisão com comissões	1.992	928	(1.992)	928
Outras provisões para pagamento	117	-	-	117
Ajuste valor de mercado (TVM) (i)	35	1.430	-	1.465
Ajuste valor de mercado (NDF)	29	-	(29)	-
Total referente a diferenças temporárias	5.963	3.141	(4.736)	4.368
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	27.450	1.623	-	29.073
Total (ii)	33.413	4.764	(4.736)	33.441

(i) A movimentação de R\$ 1.430 representa os valores de R\$ 1.176 e R\$ 254, registrados respectivamente no patrimônio líquido e resultado.

(ii) Os ativos fiscais diferidos são classificados em sua totalidade como não circulante.

A previsão para realização dos créditos tributários é estimada em 7,2% em 2022, 7,0% em 2023, 7,9% em 2024, 13,9% em 2025, 23,8% em 2026, 20,0% em 2027, 16,1% em 2028 e 4,1% em 2029.

Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários foi utilizada a taxa Selic, o valor presente é de R\$ 18.453 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 31.171 em 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possui o montante de R\$ 33.441 ativados referente a créditos tributários (R\$ 33.413 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possuía R\$ 4.783 de créditos tributários não ativados (R\$ 25 em 2020), enquanto que a Distribuidora possui créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 506 (R\$ 422 em 2020).

10 Outros valores e bens

	2021	2020
Despesas antecipadas (a)	10.170	6.123
Bens não de uso próprio (b)	306	3.101
Total	10.476	9.224
Provisão com bens não de uso próprio	(28)	(28)
Total	10.448	9.196
Ativo circulante	2.831	4.805
Ativo não circulante	7.617	4.419

(a) Em 2021 foram registrados novos *sign bonus* no montante de R\$ 7.646, saldo em aberto na data-base de R\$ 6.650.

(b) Em 2021, venda de bem imóvel com garantia de alienação fiduciária registrado em 31 de dezembro de 2020 pelo montante de R\$ 2.795.

11 Permanente

a. Imobilizado de uso

	Taxa de depreciação	2021			2020
		Imobilizado	Dep. acumulada	Total	Total
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	6.918	(2.842)	4.076	3.308
Equipamentos de informática/comunicação	10%	3.018	(2.747)	271	577
Equipamentos de segurança	20%	101	(86)	15	35
Total		10.037	(5.675)	4.362	3.920

b. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização	2021		2020	
		Intangível	Amortização acumulada	Total	Total
Ativos intangíveis (i)	(a)	79.219	(16.413)	63.106	56.996
Ágio na combinação de negócios	(b)	80.327	(14.180)	65.847	74.690
Ágio na aquisição de investimentos (c)	20%	673	(673)	-	56
Total		160.219	(31.266)	128.953	131.742

(i) Em 2021, adicionado o montante de R\$ 8.678 relacionado a direitos contratuais referentes a relacionamento com clientes e R\$ 5.265 referente a desenvolvimento de software.

- (a) Em 2020, representa substancialmente os intangíveis relacionados a combinação de negócios, sendo: (i) R\$ 17.947 refere-se ao valor da combinação de negócios com o grupo Triar, atribuído ao ativo intangível de acordo com o estudo definitivo de alocação do preço (“PPA” – *Purchase Price Allocation*) (R\$ 33.060 em 2019 com base em um estudo preliminar), segregados em: R\$ 13.649 alocados à relacionamentos com clientes e R\$ 4.298 alocados à condições de não competição; (ii) R\$ 17.801 refere-se ao valor da combinação de negócios com o grupo Capital, atribuído ao ativo intangível de acordo com o estudo definitivo de alocação do preço (“PPA” – *Purchase Price Allocation*), segregados em: R\$ 7.392 alocados à relacionamentos com clientes e R\$ 10.409 alocados à condições de não competição. A taxa de amortização média é de 11%.
- (b) Refere-se ao ágio pago na combinação de negócio com os grupos Triar e Capital, no valor de R\$ 41.832 e R\$ 38.495, respectivamente. A taxa média de amortização é de 11%.
- (c) Em 06 de junho de 2016, o Banco adquiriu 100% do controle acionário da Andbank Financeira Ltda. que detém 99,99% do controle acionário da Andbank DTVM Ltda. Por ocasião desta aquisição e com base na apuração do preço de compra x valor contábil e no estudo de alocação de preço de compra (“PPA”), foi apurado ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura.

Em 23 de março de 2018, o Banco assinou um acordo operacional com a Triar Agentes Autônomos (“Triar”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de abril de 2018. Em outubro de 2019, foi apurado o valor total do acordo, no montante de R\$ 59.779, dos quais R\$ 30.939 foram pagos e o residual, R\$ 17.028 será pago em 02 parcelas anuais (vide a e b acima). O saldo em aberto é atualizado com base no índice CDI.

Em 03 de julho de 2019, o Banco assinou um novo acordo operacional com a Capital Serviços de Agente Autônomos Ltda. (“Capital”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de agosto de 2019. Em dezembro de 2020, foi apurado o valor total do acordo, no montante de R\$ 56.296, dos quais R\$ 27.921 foram pagos e o residual, R\$ 28.375 será pago em 03 parcelas anuais e consecutivas e uma parcela adicional três anos posterior a data da penúltima parcela (vide a e b acima e nota 13.b). O saldo em aberto é atualizado com base no índice IPCA.

12 Depósitos

a. Composição por vencimento

Vencimentos	2021				Total	2020 Total
	À vista		A prazo			
	não ligadas	ligadas	não ligadas	ligadas		
Sem vencimento	21.532	145	-	-	21.677	50.654
Até 30 dias	-	-	2.624	-	2.624	1.167
De 31 a 60 dias	-	-	3.978	-	3.978	20
De 61 a 90 dias	-	-	435	-	435	
De 91 a 180 dias	-	-	20.245	-	20.245	205
De 181 a 360 dias	-	-	36.132	1.480	37.612	67.921
Acima de 360 dias	-	-	2.877	-	2.877	21.169
Total	21.532	145	66.291	1.480	89.448	141.136
Passivo circulante					86.571	119.967
Passivo não circulante					2.877	21.169

b. Composição por segmento de mercado

Composição	2021			2020 Total
	À vista	A prazo	Total	
Ligadas	145	1.480	1.625	3.263
Governo	558	-	558	558
Pessoas físicas	17.076	31.618	48.694	109.575
Pessoas jurídicas	3.898	34.673	38.571	27.740
Total	21.677	67.771	89.448	141.136

c. Concentração por depositantes

Composição	2021			2020 Total
	À vista	A prazo	Total	
10 maiores	5.665	39.350	45.015	42.075
50 seguintes	8.994	21.966	30.960	47.246
Demais	7.018	6.455	13.473	51.815
Total	21.677	67.771	89.448	141.136

13 Outras obrigações

a. Obrigações fiscais correntes

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
IOF a recolher	584	22
Impostos e contribuições a recolher	1.721	1.681
Total	2.305	1.703
Passivo circulante	2.305	1.703

b. Diversas

	2021	2020
Despesas de pessoal	7.903	8.039
Fornecedores	3.390	1.467
Despesas previdenciárias	1.009	442
Valores a pagar à partes relacionadas (nota 15)	121	121
Credores diversos (a)	45.597	57.388
Outros	515	1
Total	58.535	67.458
Passivo circulante	27.350	24.439
Passivo não circulante	31.185	43.019

(a) R\$ 17.028 (R\$ 25.465 em 2020) referem-se às parcelas anuais a pagar ao Grupo Triar referente ao acordo operacional e R\$ 28.375 (R\$ 31.019 em 2020) referem-se às parcelas anuais a pagar ao Grupo Capital (vide nota 11.b).

c. Negociação e intermediação de valores

	2021	2020
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	2.257	8.381
Comissões e corretagens a pagar	3.144	4.414
Total	5.401	12.795
Passivo circulante	5.401	12.795

14 Provisões, passivos contingentes e obrigações legais

Movimentação dos processos

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, às quais vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições, bem como vem respondendo a diversos processos na esfera fiscal, trabalhista e cível como segue:

	Fiscais (i)	Cíveis (ii)	Trabalhistas (iii)	Total
Saldo inicial 01/01/2021	722	765	850	2.337
Movimentação do exercício refletida no resultado	30	3.386	257	3.673
Atualização / encargos	30	193	54	277
Constituição	-	3.192	300	3.492
Pagamento	-	-	(300)	(300)
Reversão	(10)	-	(95)	(95)
Saldo Final 31/12/2021	742	4.150	809	5.701
Depósito em garantia de recursos em 31/12/2021 (nota 8 b.)				1.776

- (i) Refere-se a uma obrigação legal decorrente do questionamento da base de cálculo de INSS, no montante de R\$ 54 (R\$ 53 em 2020), e de base de ISS no montante de R\$ 661 (R\$ 653 em 2020). Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.
- (ii) Refere-se substancialmente a ação de resolução da cessão de Cédula de Crédito Bancário (CCB) emitida pela empresa ELETRODIRETO - Central de Distribuição de Produtos S/A ("ELETRODIRETO") e cedida pelo ANDBANK à CAPAF, sendo o valor provisionado em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 3.298. Adicionalmente, existem também ações cíveis indenizatórias, relacionadas especialmente com a atuação de arrecadação de contas via correspondente bancário praticada pelo antigo Banco Bracce.
- (iii) Refere-se a acordos e reclamações trabalhistas propostas contra o Banco com pedidos de verbas e direitos trabalhistas previstos em convenção coletiva dos bancários.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior referente aos valores reivindicados constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, considerando remotas as possibilidades de que eventuais pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados.

Processos relacionados a Correspondente Bancário: no contrato de Correspondente Bancário está prevista a responsabilidade por ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa correspondente em face do Banco, assim como eventuais ações decorrentes da prestação de serviço executada pelo Correspondente. Desta forma, se o Banco for demandado judicialmente em ação que seja de responsabilidade do Correspondente e no caso desta ser uma empresa ativa, isto é, com capacidade financeira de pagamento e comprovada disposição histórica para suportá-los, o risco financeiro da contingência para o Banco é remoto. Cumpre ressaltar que a situação do Correspondente será monitorada e em caso de alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou disposição voluntária para pagamento, o provisionamento será reavaliado.

Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco e sua controlada possuem outras contingências avaliadas individualmente por nossos assessores jurídicos como perda possível, conforme quadro:

	2021	2020
Cíveis (a)	51.489	51.433
Trabalhistas	1.224	638
Fiscais (b)	7.305	7.012
Total	60.018	59.083

- (a) Refere-se a ação indenizatória civil no valor de R\$ 25.903, distribuída no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em 2017, no qual o antecessor do Banco (Banco Lemon) aparece indiretamente no polo passivo do processo. O Banco somente figura nessa pois a autora incluir no polo passivo, todos os que de alguma forma figuraram na relação entre autora e ré. E ação de reintegração de posse de bens móveis no valor de R\$ 20.000, distribuída no Tribunal de Justiça de Goiás.
- (b) Trata-se principalmente de ação de execução proposta pelo Município de São Paulo, referente a auto de infração sobre a cobrança de ISS. Os referidos autos de infração encontram-se em discussão em ação anulatória fiscal, com decisão que deferiu antecipação de tutela para suspensão da cobrança, aguardando julgamento.

15 Partes relacionadas

O Banco possui como controladora direta a Andorra Banc Agricol Reig S.A. Adicionalmente os acionistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas do Banco por possuírem controle em conjunto, sendo elas:

- Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
- Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.
- APW Consultores Financeiros Ltda.

São consideradas pessoas chaves do Banco sua diretoria executiva, no exercício de 2021 essa remuneração foi de R\$ 844 (R\$ 1.659 em 2020). Não há outros benefícios de longo prazo.

As demais entidades que não possuem controle em conjunto e que pertencem ao grupo econômico são: AndPrivate Wealth S.A. (Suíça), Andbank Advisory LLC (Miami) e Andbank Luxemburgo e APW Uruguay S.A.

O Banco manteve no período saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, conforme apresentado no quadro a seguir:

	2021		2020	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber (i)	9	99	51	228
Valores a pagar (i)	-	-	-	(40)
Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber (i)	30	374	221	716
Deposito a vista	(1)	-	(932)	-
Valores a pagar (i)	(121)	(1.817)	(121)	(1.021)
Depósito à prazo	(1.480)	(2)		
Andorra Banc Agricol Reig S.A.				
Deposito em moeda estrangeira	191	(60)	232	623
Instrumento Financeiro Derivativo	-	6.096	3.333	8.215
Valores a receber (ii)	2.563	7.168	8.242	4.327
Andbank Luxemburgo				
Valores a receber (ii)	1.467	1.475	1.314	632
Andbank Advisory LLC				
Valores a receber (ii)	1.664	2.062	1.043	98
APW Uruguay S.A.				
Valores a receber (ii)	36	36		
APW Consultores Financeiros				
Depósito à vista	-	-	(42)	-
Pessoas físicas				
Depósito à vista	(144)	-	(317)	-
Depósito à prazo	-	-	(2.014)	-
Total Instrumento Financeiro Derivativo	-	6.096	3.333	8.215
Total Deposito em moeda estrangeira	191	(60)	232	623
Total a receber - Outros Créditos Diversos	5.769	11.214	10.871	6.001
Total a pagar - Outras Obrigações Diversas	(121)	(1.818)	(121)	(1.061)
Total Depósito à Vista	(145)	-	(1.291)	-
Total Depósito à Prazo	(1.480)	(2)	(2.014)	-

(i) Referem-se a valores a receber e a pagar relacionados a rateio de despesas.

(ii) Referem-se a valores a receber relacionados a prestação de serviços e reembolsos de despesas.

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco possui R\$ 2.486 (R\$ 82 em 2020) em empréstimo concedido à Diretor da instituição e de resultado R\$ 11. Este empréstimo segue as diretrizes da Resolução 4.693/18 do Conselho Monetário Nacional.

16 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 esta composto por 590.939.513 ações ordinárias (442.268.980 em 2020), sem valor nominal.

Em 3 de maio de 2021, foi deliberado o aumento de capital do Banco Andbank através da emissão de 148.670.533 novas ações ordinárias nominativas, totalizando um aumento de R\$ 65.235. Com o aumento, o capital social passou de R\$ 251.871 para R\$ 317.106. O processo de aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central em 17 de maio de 2021.

Em 18 de dezembro de 2020, foi deliberado o aumento de capital do Banco Andbank através da emissão de 66.955.610 novas ações ordinárias nominativas, totalizando um aumento de R\$ 30.155. Com o aumento, o capital social passou de R\$ 221.716 para R\$ 251.871. O processo de aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 20 de janeiro de 2021.

Conforme previsto no estatuto social, o dividendo não será obrigatório no exercício social em que a Administração julgar incompatível com a situação financeira do Banco, podendo o Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária, que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo.

b. Reservas de capital

A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Em decorrência da incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda., foi constituída reserva de reavaliação no valor de R\$ 3.411, representado pelo ativos intangível identificáveis na incorporação. Essa reserva é amortizada contra lucros e prejuízos acumulados simultaneamente a amortização do ativo que a originou.

c. Reserva de lucros

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no semestre em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

d. Outros resultados abrangentes

Os valores líquidos dos efeitos tributários dos ajustes de avaliação patrimonial dos títulos classificados na categoria de disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.543 de desvalorização e de R\$ 105 em 31 de dezembro de 2020 de valorização.

17 Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Rendas de intermediação (a)	15.343	33.000	40.482
Remuneração operação estruturada (b)	1.438	2.764	3.785
Rendas de corretagem de câmbio	751	1.073	840
Rendas de serviços de custódia	331	704	1.106
Rendas de garantias prestadas	-	-	53
Total	17.863	37.541	46.266

(a) Refere-se principalmente a rebate sobre taxa de administração e performance de fundos distribuídos por conta e ordem.

(b) Refere-se basicamente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações de crédito.

18 Despesas de pessoal

	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Proventos	(11.822)	(20.322)	(18.814)
Encargos Sociais	(2.712)	(7.041)	(5.468)
Benefícios	(2.527)	(4.708)	(3.520)
Pro labore	(273)	(845)	(1.661)
Remuneração de estagiários	(182)	(329)	(345)
Treinamento	(34)	(56)	(67)
Total	(17.550)	(33.301)	(29.875)

19 Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Serviços do sistema financeiro (a)	(10.704)	(25.827)	(28.788)
Processamento de dados (c)	(4.154)	(9.291)	(21.722)
Serviços técnicos especializados (b)	(1.738)	(3.659)	(3.030)
Aluguéis	(1.408)	(2.796)	(2.515)
Comunicações	(493)	(1.023)	(869)
Serviços de terceiros	(293)	(537)	(395)
Transporte	(193)	(340)	(126)
Viagens	(93)	(150)	(97)
Publicação	(55)	(121)	(100)
Outras	(1.515)	(2.704)	(3.207)
Total	(20.646)	(46.448)	(60.849)

- (a) Composto substancialmente por repasse de valores relacionados à gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias.
- (b) Representam gastos com consultorias de sistemas e processos.
- (c) Refere-se basicamente a serviços prestados por assessoria jurídica e financeira.

20 Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Prestação de serviços de exportação (a)	1.937	6.179	4.648
Recuperação de despesas (b)	249	3.716	6.788
Reversão de provisões operacionais	189	359	14.961
Variações monetárias ativas	53	86	346
Interbancária	4	10	11
Outras receitas operacionais (c)	1.012	1.145	14
Total	3.444	11.395	26.768

- (a) Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria.
- (b) Representado principalmente por ressarcimento de custos incorridos no desenvolvimento e implantação de processos e softwares gerado internamente no montante de R\$ 1.998, de despesas com consultoria no montante de R\$ 799, despesas com marketing R\$ 208 e de despesas com expatriados no montante de R\$ 181.
- (c) Refere-se a reversão parcial de acordo operacional em R\$ 997.

21 Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Amortizações e depreciações (a)	(9.615)	(18.054)	(11.027)
Constituição e Atualização de provisão fiscal, cível e trabalhista (nota 14)	(3.432)	(3.812)	(1.060)
Interbancária	(4)	(9)	(11)
Liquidação de ação cível	-	-	(13.927)
Variação monetária passiva	-	-	(506)
Reversão de depósitos judiciais	-	-	(230)
Outras (b)	(2.811)	(5.030)	(3.937)
Total	(15.862)	(26.905)	(30.698)

(a) Variação deve-se principalmente pela despesa de amortização dos ativos identificáveis e do ágio relacionados à aquisição da Capital que deu início no 2º semestre de 2020.

(b) Inclui R\$ 3.033 referente às despesas financeiras com o acordo operacional da Capital.

22 Imposto de renda e contribuição social

Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	2º Semestre 2021	Exercício 2021	Exercício 2020
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(10.737)	(18.010)	(14.587)
Encargos (IR e CS) às alíquotas vigentes (nota 2.2.10)	4.832	8.105	6.564
(Inclusões) Excluídas Permanentes	(2.242)	(4.495)	(2.746)
Amortização de ágio	(1.990)	(4.005)	(2.434)
Participações em controladas	(40)	(99)	(162)
Reserva de reavaliação	(39)	(78)	(78)
Outras despesas não dedutíveis	(173)	(313)	(72)
(Inclusões) Excluídas Temporárias (a)	(1.637)	(3.522)	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição fiscal (a)	(1.236)	(1.236)	(25)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período / exercício	(283)	(1.149)	3.793
Imposto corrente	-	-	(6)
Imposto diferido	(283)	(1.149)	3.799

(a) Crédito tributário não ativado.

23 Outras informações

- a. O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN)/ que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia III) através das Resoluções nº 4.192, 4.193 e 4.194, ambas de 1 de março de 2013, e circulares publicadas em 31 de outubro de 2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

Em 08 de Janeiro de 2015 o Andbank adquiriu 100% das ações do Banco. Com isso a Andbank DTVM Ltda. e o Banco passaram a fazer parte de um conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Sendo assim, a partir de fevereiro de 2015 para atender a resolução 4.278/13, o Banco passa a informar as posições consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de Basileia do Banco (Prudencial) é de 43,93% (16,1% em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Capital Principal antes das deduções	319.675	254.613
(-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais	(226.985)	(217.053)
Patrimônio de Referência (PR)	92.690	37.560
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	(75.813)	(18.869)
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	16.877	18.691

- b. O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, registrados em contas de compensação, no montante de R\$ 578.738 em 30 de junho de 2021 (R\$ 204.559 em 2020).
- c. A Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) publicada em 22 de maio de 2015, foi convertida na Lei 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019. Em 13 de novembro de 2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103, que majora novamente a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 20%, a partir de março de 2020, aplicável apenas para Bancos. Em 01 de março de 2021 foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 (convertida em Lei nº 14.183 em 14 de julho de 2021) que altera a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL de 20% para 25% para Bancos e de 15% para 20% no caso da DTVM, a ser aplicada no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021, apenas para Bancos, retornando para alíquota de 20% a partir de janeiro de 2022.
- d. Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para revisão das demonstrações financeiras e auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não prestaram outros serviços ao Banco que não o de auditoria independente.
- e. A Administração avaliou os impactos ocasionados referente a situação atual da pandemia do COVID 19 e respectiva volatilidade apresentada no mercado financeiro. E julga que com a situação atual da pandemia e à luz das informações disponíveis até este momento, não há indicativos que teremos impactos relevantes que possam trazer efeitos representativos às projeções de caixa e tomadas de decisão.

24 Estrutura de gerenciamento Contínuo e Integrado de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Andbank Brasil considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Organização, alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte ao gerenciamento por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

• Gerenciamento do risco operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17.

Para alocação de capital para o risco operacional o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional, independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos.

• Gerenciamento do risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial;
- Taxas de juros;
- Preços de ações;
- Preços de mercado (“commodities”).

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comitê de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

- **Gerenciamento do risco de crédito**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável.

O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e reportado mensalmente no Comitê de Riscos para conhecimento da Diretoria do Banco.

- **Gerenciamento do risco de liquidez**

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovada. O risco de liquidez é monitorado diariamente pelo acúmulo de ativos líquidos e de alta qualidade através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. O Colchão de liquidez do banco é composto basicamente, por títulos de livre movimentação e posições em caixa.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos –COAP, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- **Gestão de Capital**

O processo de gerenciamento de Capital do Banco leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do conglomerado.

Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos – COAP assim como pelo Comitê de Riscos, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

• **Divulgação das informações relativas a gestão de riscos**

As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do banco na internet (<https://www.andbank.com/brasil/governanca/>).

São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos:

- a) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito, do risco de liquidez, do risco de mercado e do risco operacional;
- b) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do capital
- c) Relatório de gerenciamento de riscos - Pilar 3;
- d) Formulário de referência; e
- e) Notas explicativas às demonstrações financeiras.

25 **Benefícios Pós Emprego**

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

26 **Resultados não recorrentes**

Conforme artigo 34 da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, apresentamos abaixo o resultado não recorrente:

Resultado		31/12/2021 (19.159)	31/12/2020 (11.058)
<i><u>Resultados não recorrentes</u></i>			
Reembolso de despesas	(a)	3.467	5.920
Venda de ativos não operacionais	(b)	3.306	-
Acordo operacional		997	-
Contingência cível	(c)	(3.192)	-
Ressarcimento a clientes		(1.919)	-
Serviços de terceiros		(710)	-
Contingência trabalhista		(300)	-
Impairment projetos de tecnologia	(d)	-	(10.502)
Impairment plataforma front-end		-	(925)
Resultados recorrentes		(20.808)	(5.551)

(a) Reembolso de despesa – Vide nota 20.

(b) Venda de ativos não operacionais – Refere-se substancialmente ao ganho de R\$ 3.219 na venda de bem imóvel recebido em garantia o qual estava registrado em Outros Valores e Bens.

- (c) Provisão de contingência cível – Vide nota 14.
- (d) Vide nota explicativa 19 – Processamento de dados.

27 **Eventos subsequentes**

Não houve eventos subsequentes que requeira ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021.
